

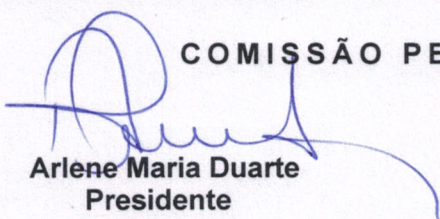



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS**  
*Secretaria Municipal de Administração*

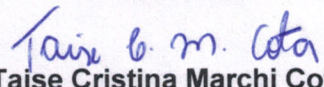
**ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS RECURSOS/IMPUGNAÇÕES**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FCTT/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/FCTT/2019**

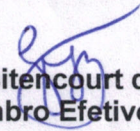
Ao quinto dia do mês de junho de dois mil e dezenove, às dez horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 007/2019 de 07/01/2019, para julgar a Documentação do Processo Licitatório nº 003/FCTT/2019 Tomada de Preço nº 001/FCTT/19, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇO PARA REFORMA E PINTURA DO CASARÃO GALLOTTI, DA FUNDAÇÃO CULTURAL E TRADIÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC**, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br) - licitações no momento da abertura desta sessão. No tocante a análise contábil, todas atingiram os índices dos itens 7.3.2, 7.3.3, 7.3.3.1 e 7.3.4, inclusive a empresa **MS PARSEVITT CONSTRUTORA LTDA ME**, pois em estudos realizados após apresentação de Recurso e Impugnação, detalhadamente (*ad cautelam*) a Presidente da Comissão de Licitação realizou estudos, os quais ainda não tem um entendimento claro junto aos Tribunais Superiores sobre a matéria, conforme denota-se no Acórdão nº 2145/2017 – TCU (*apud acta*), bem como o que estipula a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1774/2017, em especial, “**Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração**”(…) e art. 1078, Código Civil. Entendendo esta Comissão Permanente de Licitação, devido o interesse público, devido aos Princípios norteadores da Administração Pública e o que dispõe o Art. 3º da Lei nº 8.666/93, a qual a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, **restando habilitada em consonância com o Edital em comento**. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. **Fica designado para abertura da Proposta no dia 11/06/2019, 10h00. Tijucas/SC, 07 de junho de 2019.**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

  
**Arlene Maria Duarte**  
Presidente

  
**Claudemir Correia**  
Secretário

  
**Taise Cristina Marchi Cota**  
Membro Suplente

  
**Glaucia Jane Bitencourt de Amorim**  
Membro Efetivo